



GLS Engenharia e Consultoria Ltda

**ILMO. SR. PREGOEIRO DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.**

Pregão Eletrônico nº 20/2020.

Edital n. 08006.000180/2019-08.

GLS C_058_2020

GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 68.558.972/0001-30, com sede na Rua Artidoro da Costa, nº 66, Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20551-140, neste ato representada segundo os seus atos constitutivos, vem, apresentar formalmente,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL,

O que o faz com arrimo nas razões de fato e de direito que passa a expor:

I - RESSALVA PRÉVIA

Inicialmente, cumpre asseverar que a presente Impugnação, em nenhuma hipótese se materializa em ofensa ou crítica a qualquer dos profissionais que atuaram na feitura do Edital em tela, tampouco pretende ensejar qualquer tipo de retardamento a licitação. Objetiva-se sim, tão

somente, a uma contribuição da ora Impugnante à garantia da legalidade plena de tal certame, uma vez que o instrumento publicado, mesmo que especificado, carece de maiores esclarecimentos.

II - SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se o presente de procedimento licitatório, deflagrado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Norma2va SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no Edital.

Tem como objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos, composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC, que atendam às necessidades de

proteção física das infraestruturas e sistemas críticos de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Ocorre que, como se depreende do texto editalício, pretende o órgão a unificação de fornecimento de solução para ambiente em conjunto com a manutenção superveniente;

- 1- **solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos**, composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC e;
- 2- **serviço MENSAL de manutenção preventiva e corretiva** do item 1, pelo período de 12 meses e prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos até o limite de 60 meses.

Tudo em única cotação, o que não se coaduna com o interesse público, senão vejamos.

Da forma apresentada, somente uma empresa do setor teria a possibilidade de atender ao especificado,



levando a um involuntário direcionamento do certame, além de prejudicar a esperada competitividade.

O indevido agrupamento da Solução de Ambiente, com o contrato de manutenção posterior, na verdade, deveria ter outro foco. Mesmo porque, não se verifica no edital qualquer justificativa ou motivação que pudesse dar subsídio fático jurídico ao agrupamento, que se demonstra prejudicial ao Erário.

A rigor os itens do edital e do T.R. deveriam constituir grupos ou licitação por itens, permitindo o ingresso de interessados distintos nos itens individualizados, sem a obrigatoriedade da vinculação, a saber.

1- Objetivo.

1.2. A licitação será realizada **em grupo único, formados por 2 (dois) itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. **Cada serviço ou produto do grupo deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços**, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB.

Do Termo de Referência.



2- Descrição da Solução.

2.2. Como pode ser observado, a presente contratação será dividida em dois itens, sendo que o item 1 será responsável pelo fornecimento de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos, composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC. Os subsistemas que fazem parte do item 1 do objeto, são detalhados e especificados no ANEXO I - A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, itens 1 a 11.

2.3. Já o item 2 será responsável pelo Serviço MENSAL de manutenção preventiva e corretiva do item 1, pelo período de 12 meses e prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos até o limite de 60 meses.

2.4. Importante destacar que para o item 2, será firmado contrato separado, cuja vigência está prevista para iniciar após a completa entrega do item 1.

Pelos critérios de competitividade e economicidade, o órgão deveria separar todos os itens em atendimento ao artigo 6º da Lei 8666 que separa em incisos, quais sejam; Obra; Serviço e Compra contratando-os individualmente conforme se demonstra.

“...Art. 6º Para os fins desta Lei,
considera-se:



I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

III - Compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;``...

Assim, logo de início, constata-se com a devida vênia, que este procedimento se encontra civado de vício, motivado por exigência indevida que pode, claramente, macular o seu prosseguimento e sua validade. Uma vez que cerceia, sem justa causa, a necessária competitividade do certame, **direcionando-o involuntariamente a pouquíssimas empresas que talvez até possam realizar os serviços requeridos pelo importante órgão público.**



Destarte, sob o fundamento de que qualquer licitação deve reunir o maior número possível de postulantes, **todavia, com capacitação plena e comprovada, para que a identificação da proposta mais vantajosa à Administração Pública se mostre possível.** Impõe-se o manejo da presente Impugnação, visando aclarar os itens editalícios que acabam por restringir a concorrência e possibilitar manifesto sangramento do Erário.

A legislação que ampara os procedimentos licitatórios se demonstra cristalina proibindo o direcionamento de qualquer procedimento.

Sabe-se que o processo licitatório deve ser regido pelos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e tantos outros aplicáveis quando necessário.

In casu, nos debruçamos sobre os seguintes princípios;

1 - **O da Isonomia**. Cujá exegese vem do grego, isos, igual, e nomos designa a “igualdade de todos perante a lei”. “Esse princípio, cuja observância vincula, incondicionalmente, todas as manifestações do Poder Público, deve ser considerado em sua precípua função de obstar discriminações e de extinguir privilégios sob duplo aspecto: a) o da igualdade na lei e b) o da igualdade perante a lei” (Palhares Moreira Reis).

2 - **O da Impessoalidade** que segundo Helly Lopes, diz que esse princípio “deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas”. Significa dizer que neste princípio não deve haver interesse pessoal, ou de **terceiro interessado.**

3 – **O da Igualdade** que conforme o mesmo doutrinador, decorre de “um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais”.

A conjunção dos referidos três princípios impõe a escolha de proposta mais vantajosa para a Administração buscando a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º da Lei 8666/93) e seus correlatos .

Importante ressaltar, por fim, a importância da isonomia e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável que se equivalem a princípios secundares do certame. A seleção de proposta mais vantajosa manifesta-se como o principal e VERDADEIRO alicerce do procedimento licitatório, que deve ser direcionado a empresas que, efetivamente, comprovem a sua expertise na realização da obra pública.

A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, como dito acima, deve haver igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço e que o respeito ao princípio da isonomia deve ser respeitado.

O artigo 3º da Lei 8666/93 assim determina;

Art. 3º

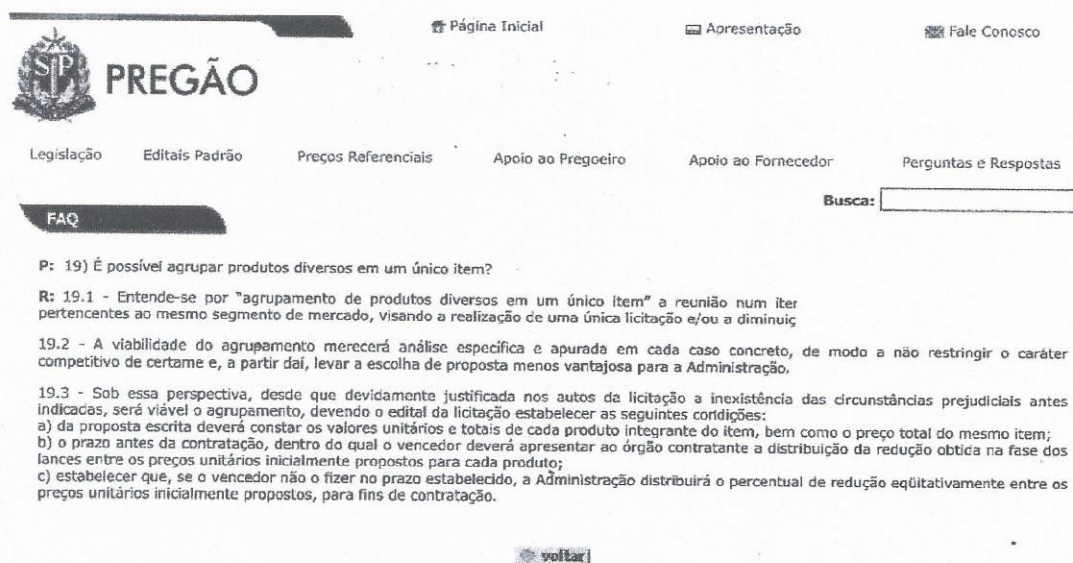
§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;



Cumpre asseverar que inexistente amparo técnico capaz de alicerçar tamanho vício, mostrando-se imperiosa a propositura da presente **IMPUGNAÇÃO**, visando elidir o vício apontado.

Ainda consultando o site da Prefeitura de São Paulo constata-se que a possibilidade de agrupamento de serviços em processo licitatório, é um procedimento especial e muito particular. Que se desejado pela administração, deve ser embasado em justificativa plausível e técnica e ainda, não deve conter circunstâncias prejudiciais, como se verificou no presente caso.



The screenshot shows the 'PREGÃO' section of a website. At the top, there is a logo with 'SP' and the word 'PREGÃO'. Below it, there are navigation links: 'Legislação', 'Editais Padrão', 'Preços Referenciais', 'Apoio ao Pregoeiro', 'Apoio ao Fornecedor', and 'Perguntas e Respostas'. A search bar labeled 'Busca:' is also present. The main content area displays a question and answer pair:

P: 19) É possível agrupar produtos diversos em um único item?

R: 19.1 - Entende-se por "agrupamento de produtos diversos em um único item" a reunião num item pertencentes ao mesmo segmento de mercado, visando a realização de uma única licitação e/ou a diminuição.

19.2 - A viabilidade do agrupamento merecerá análise específica e apurada em cada caso concreto, de modo a não restringir o caráter competitivo de certame e, a partir daí, levar a escolha de proposta menos vantajosa para a Administração.

19.3 - Sob essa perspectiva, desde que devidamente justificada nos autos da licitação a inexistência das circunstâncias prejudiciais antes indicadas, será viável o agrupamento, devendo o edital da licitação estabelecer as seguintes condições:

- a) da proposta escrita deverá constar os valores unitários e totais de cada produto integrante do item, bem como o preço total do mesmo item;
- b) o prazo antes da contratação, dentro do qual o vencedor deverá apresentar ao órgão contratante a distribuição da redução obtida na fase dos lances entre os preços unitários inicialmente propostos para cada produto;
- c) estabelecer que, se o vencedor não o fizer no prazo estabelecido, a Administração distribuirá o percentual de redução equitativamente entre os preços unitários inicialmente propostos, para fins de contratação.

At the bottom of the screenshot, there is a 'voltar' button.

Por derradeiro, uma vez que será firmado contratos separados neste certame, conforme item 2.4 do Termo de Referência,

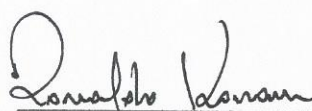
nada mais justo que se permita o ingresso de licitantes interessados em etapas individualizadas da licitação.

DO PEDIDO

Face ao acima exposto, mantida da forma em que se encontra, constata-se a clara violação do interesse público, do caráter competitivo, e da legalidade do certame. Destarte a ora Impugnante requer, o conhecimento da presente e, no mérito, seja a mesma acolhida, **para que seja implementada as modificações necessárias ao Instrumento Editalício, no sentido de que se permita o ingresso de licitantes distintos em quaisquer dos dois itens e principalmente, sem vínculo á globalidade dos serviços.**

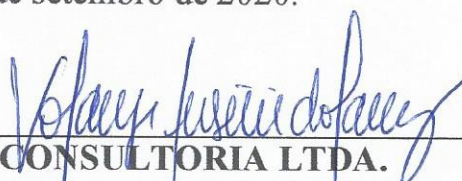
Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2020.



GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

GLS Engenharia e Consultoria Ltda.
Ronaldo Alves Karam
Diretor
OAB-RJ 23884



GLS Engenharia e Consultoria Ltda.
Solange Susini do Carmo
Diretora
CREA-RJ 841077984/D